

REVISTA DE

ESTUDOS LITERÁRIOS

Coordenação: Ana Paula Arnaut e Ana Maria Binet | 2018 | 8

DO POST-MODERNISMO
AO HIPERCONTEMPORÂNEO:
OS CAMINHOS
DAS LITERATURAS
EM LÍNGUA
PORTUGUESA

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

NOTA PRÉVIA

Uma das categorias mais complexas e fugidias da história literária e da sua metodologia é a que se refere à noção de *moderno*. Juntamente com ela, a noção de *contemporâneo* gera dificuldades operatórias nem sempre fáceis de superar. As razões por que assim acontece são relativamente evidentes: sendo o tempo literário um decurso ininterrupto que só artificialmente pode ser delimitado, não é fácil determinarmos nele o que é *moderno* e o que é *contemporâneo*. Quando Eça de Queirós, numa carta a Rodrigues de Freitas, de 30 de março de 1878, anunciava o projeto de fazer “o quadro do mundo moderno, nas feições em que ele é mau, por persistir em se educar segundo o passado”, o que estava em causa era uma rutura com outro tempo. Coisa semelhante foi reclamada várias vezes, ao longo da história, por movimentos culturais que quiseram ser *modernos*. Nada de novo, portanto.

O *moderno* – tal como, *mutatis mutandis*, o *contemporâneo* – carece, constantemente, de relativização. Perguntamos, então: um texto ou uma tendência literária são modernos em relação a quê? Ao passado, diz Eça, o que, afinal de contas, pouco esclarece. O modernismo, enquanto período literário, padeceu desta indefinição. Repare-se: numa obra de referência sobre a matéria, ele foi descrito como o resultado de um “sentimento contemporâneo: o sentimento historicista de que vivemos em tempos totalmente novos, de que a História contemporânea é a fonte da nossa significação, de que

derivamos não do passado, mas do cenário que nos cerca e envolve”¹. E se bem que a reflexão sobre o modernismo tenha conduzido a outras especificações periodológicas, sempre será possível indagar: não era igualmente a questão do *moderno* que estava inscrita no centro de uma das mais famosas e conseqüentes polémicas da história cultural europeia, a Querela dos Antigos e Modernos?

Curiosamente, a caracterização de Bradbury e McFarlane que acabo de citar ligava o *moderno* ao *contemporâneo* (o “sentimento contemporâneo”), como se assim se atingisse um nível de especificação mais exigente: o contemporâneo seria um *moderno* autoconsciente dessa sua condição. Acontece que, com as necessárias ressalvas, o *contemporâneo* suscita ponderações semelhantes às que ficaram enunciadas: se lemos um texto agora mesmo publicado, dizemos dele, sem hesitar, que ele é nosso contemporâneo. O mesmo afirmamos acerca de romances de Lídia Jorge, de Mário Cláudio ou de António Lobo Antunes; e, sem esforço nem constrangimento, incluímo-los em cursos de literatura contemporânea, ao lado da poesia de Herberto Helder, de Ruy Belo ou de Jorge de Sena – embora este último tenha nascido há um século...

Podemos continuar este exercício, porventura com o apoio de datas entendidas como balizas de referência: de Carlos de Oliveira digo que nos é contemporâneo? Se falo do autor de *Finisterra. Paisagem e povoamento*, certamente que sim; e o do romance *Alcateia*? Dificilmente. O José Cardoso Pires d’*O Delfim* (publicado há 50 anos, quando muitos leitores deste meu texto não tinham nascido) é-nos contemporâneo, do ponto de vista das suas articulações formais; sê-lo-á, contudo, no plano da atualidade (outro conceito problemático) dos temas e dos tipos que nele estão representados?

1 M. Bradbury e J. McFarlane (eds.), *Modernism. A Guide to European Literature: 1890-1930*. London: Penguin Books, 1991, p. 22.

O ano de 1968 é considerado, com algum consenso, um momento de viragem da história contemporânea. Por isso, talvez ele seja um adequado marco de referência (um tanto convencional, aceito) para assinalar, no tempo em que *agora* escrevo, o termo *a quo* de uma contemporaneidade em que me revejo.

Acontece, entretanto, que aquele ano e aquele título (e, já agora, *Bolor*, de Augusto Abelaira, também de 1968) têm sido, com razão, associados à emergência da ficção pós-modernista em Portugal. Não entrando agora na questão de saber se aquela designação e aquele marco fazem sentido (fazem-no seguramente, se encarados com mera função heurística), noto que o pós-modernismo é de alguma forma questionado neste número da *Revista de História Literária*, consagrado à noção de hipercontemporâneo; tal noção “parece-nos corresponder a uma verdadeira mutação, que nos permite ter uma visão, fictícia, mas talvez mais real do que a verdadeira, do que será o Homem e o seu mundo nas décadas vindouras.”

As palavras citadas são de Ana Maria Binet (Universidade de Bordéus) e de Ana Paula Arnaut (Universidade de Coimbra/Centro de Literatura Portuguesa), coordenadoras da secção temática do presente volume. Em termos gerais, o que nela se pretende problematizar é a superação de uma postulação simplesmente cronológica do hipercontemporâneo, um vocábulo que de imediato relacionamos com as conotações de excesso que o prefixo *hiper* traz consigo.

Ir além daquela postulação cronológica significa incutir densidade axiológica e histórico-cultural a um conceito que, não constituindo designação consolidada para um tempo periodológico preciso (e, no estado actual do conhecimento, isso dificilmente poderia acontecer), solicita aprofundamentos para que eventualmente lá se chegue. As coordenadoras apontam nessa direção: “Fruto da globalização, das novas tecnologias, essa literatura que marca os nossos panoramas

literários, seja no continente europeu, seja no americano ou no africano, é um reflexo de um mundo em profunda mudança, onde as mentes e os corpos se expõem ao domínio da ciência e da tecnologia, integrando-as no seu foro interno.”

Certas personagens de Gonçalo M. Tavares, o espaço urbano brasileiro, a crise existencial que afeta o sujeito imerso nas grandes metrópoles do nosso tempo ou a anulação da fronteira entre o real e a ficção (conforme observado em romances de Afonso Cruz) são alguns dos tópicos contemplados em ensaios que adiante se encontram. Esses e os demais estudos reunidos sob o signo do hipercontemporâneo legitimam as expectativas formuladas pelas coordenadoras: “Esperamos, pois, que este número se torne num instrumento de reflexão sobre esta literatura do nosso tempo, uma semente que contribua para o desenvolvimento de perspectivas teóricas que permitam estruturar a produção atual, um desafio para um *work in progress* sobre a criação literária hipercontemporânea, que a acompanhe, que a observe e lhe descubra as constantes operatórias.” Conforme é habitual, completam a parte temática deste número da *Revista de Estudos Literários* uma secção não-temática, resenhas críticas e um arquivo; neste, publica-se um texto de Ofélia Paiva Monteiro, professora e investigadora recentemente desaparecida e antiga colaboradora desta revista. É esta também uma forma de homenagearmos quem foi uma distinta Mestre de várias gerações de estudantes.

O próximo número da *Revista de Estudos Literários* será dedicado ao tema “A historicidade da literatura”, com coordenação de Maria Helena Santana.

Carlos Reis